

1

**A COMPANHIA DE JESUS E O PADROADO PORTUGUÊS: conflito de nacionalidades no seio jesuítico.**

Renato Pereira Brandão\*

**O Tratado de Tordesilhas, o Padroado da Ordem de Cristo e a Divisão do Mundo**

Ao emitir em 3 de maio de 1493 a bula *Inter Coetera*, com intuito de reservar para os reinos de Castela e Aragão, posteriormente unidos sob a denominação de Espanha, o domínio exclusivo das Índias Ocidentais, recém descobertas por Colombo e reivindicada pelo rei de Portugal D. João II, por força do Tratado de Alcáçovas<sup>1</sup>, o papa aragonês Alexandre VI não só criou um problema político de fundamentação cartográfica, nunca verdadeiramente resolvido, como interveio indiretamente nos termos da bula de mesmo nome promulgada em 1456 pelo papa Calisto III, tio e mentor da nomeação de Rodrigo Bórgia, nome original de Alexandre VI, como cardeal.

No Tratado Álcacer-Toledo estava estabelecido que a raia divisória entre Castela e Portugal seria as ilhas Canárias. As terras e ilhas por descobrir “para baixo” isto é, para sul, seriam portuguesas. Associada à questão da divisão do espaço de domínio político entre as Coroas ibéricas existia outra de suma importância, apesar de negligenciada pela maior parte dos estudiosos, a questão do Padroado. O direito do padroado consistia em um conjunto de privilégios eclesiásticos a ser exercido, usualmente, por uma ordem religiosa. Dentre estes privilégios constavam a nomeação de bispos e demais dignidades eclesiásticas e o direitos de recolher o dízimo dos fiéis.

O direito do padroado das terras a serem descobertas ao sul do cabo Bojador foi concedido por Calisto III a Ordem de Cristo, ordem monástica militar herdeira e sucessora da Ordem dos Templários em Portugal (Cf. Avelar, 1975:175-6).

Como a latitude do Cabo Bojador (26° 07' 00" N) é muito próxima ao das Ilhas Canárias (Ilha do Ferro 27° 46' 15" N), os termos do Tratado de Álcacer-Toledo, que reservava para Portugal o domínio político das ilhas e terras descoberta ao sul das Canárias,

---

\* Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro  
Doutor em História – UFF

<sup>1</sup> Tratado de paz perpétua celebrado entre o rei de Portugal Afonso V e os reis de Castela e Aragão; assinado em Alcáçovas, Portugal, em 4 de Setembro de 1479, e ratificados em Toledo, 6 de março de 1480. (Cf. RAMOS-COELHO, 1892: 42-5).

2

acabaram por estar associados aos termos da bula que concedeu o padroado à Ordem de Cristo “da Guiné até as Índias”. Observa-se que, tanto para o tratado quanto para a bula, era latitude a referência de espacialidade. O domínio técnico da determinação astronômica da latitude (a distância angular contada a partir do Equador em direção ao Polo) na época permitia que esta fosse calculada com a precisão necessária para não haver dúvidas a que esfera de poder político ou eclesiástico pertencia um determinado local no ultramar. Já o mesmo não acontecia com a longitude, de difícil determinação na época.

Hoje sabemos que esta divisão acabaria por beneficiar enormemente a Portugal, pois ao sul do paralelo das Canárias estava as maiores riquezas do continente americano. Apesar de, a princípio, não se saber o que o continente americano reservava aos reinos ibéricos, Alexandre VI, por pressão de Fernando de Aragão, promulgou em 3 de maio de 1493 a segunda bula denominada *Inter Coetera*. Nesta concedia aos reis de Aragão e Castela o domínio das terras a serem *descobertas dos Açores e Cabo Verde cem léguas para o ocidente e o meio-dia*. Ou seja, a referência deixou de ser norte-sul para ocidente-oriental. Contudo, a transferência da raia divisória de paralelo para meridiano criou um problema praticamente insolúvel para a época, por envolver determinação de longitude<sup>2</sup>.

Ao intervir, Alexandre VI procurou anular os termos do Tratado de Alcácer-Toledo, garantindo a posse das Índias Ocidentais para o futuro reino de Espanha, e conectar “los Reyes Católicos com las gracias pontificiais concedidas por la recién instaurada Iglesias de Granada” (GALMÉS, 1993:612). Ao assim fazê-lo, Alexandre VI interveio no espaço eclesiástico reservado ao padroado da Ordem de Cristo sem se voltar diretamente contra a bula *Inter Coetera* promulgada por Calisto III. Deste modo, o padroado da Ordem de Cristo acabaria por ser definido espacialmente não mais pelo termo bula *Inter Coetera* original, mas sim pela de mesmo nome promulgada posteriormente por Alexandre VI.

---

<sup>2</sup> Até o início do século XVIII, a determinação da longitude estava fora de alcance dos navegadores, que conseguiam somente estimá-la com pouca precisão em função da distância percorrida em um determinado rumo. Em terra, era feita por um complexo processo de determinações simultâneas do momento exato de uma determinada conjunção planetária, principalmente da Lua. A longitude era então calculada em função das diferenças horárias locais. No mar, o problema só ficou resolvido em 1762, quando o inglês John Harrison inventou um relógio que, mesmo oscilando, mantinha um erro de apenas um segundo por mês.

3

Na recusa de D. João II em aceitar os termos desta bula, os representantes dos reis ibéricos se reuniram na cidade de Tordesilhas, a fim de se chegar a um consenso. Surpreendentemente, os representantes de Portugal não questionaram a maneira impropriedade de se estipular a divisão, mas, aceitando a referência da longitude, propuseram que a linha divisória fosse deslocada para oeste, passando de 100 para 370 léguas de Cabo Verde. Como para os representantes espanhóis este avanço se daria somente sobre o mar, a proposta encaminhada em nome do rei de Portugal foi aceita, resultando na assinatura do Tratado de Tordesilhas, em 7 de junho de 1494.

Este tratado, apesar de prejudicial a Portugal no tocante à América, acabou por pouco alterar no que tange ao Oriente. Caso mantidas as raias das Canárias e Bojador, a maior parte dos domínios orientais estariam igualmente sob o domínio político da Coroa e o eclesiástico do Padroado da Ordem de Cristo. A única exceção expressiva seria Pequim, que ficaria fora da área abrangida originalmente.

No que tange ao Padroado da Ordem de Cristo, este deveria ter como autoridade maior o prior do mosteiro de Tomar. Contudo, este acabou por ter o poder obliterado pelos monarcas portugueses, principalmente após 1550, quando foi concedido pelo papa Júlio III o mestrado desta ordem militar a D. João III e seus sucessores. Assim, o padroado monástico da Ordem de Cristo passou a ser, em verdade, Padroado Real. Por essa via a Coroa provia os bispos e demais benefícios eclesiásticos e recebia os correspondentes dízimos, o que servia não apenas para fornecer cômputos aos párocos, mas ainda para sustentar parte das despesas da administração da Coroa (Cf. RAMOS, 2009:233). Além disso, o poder do Padroado, por ser concessão papal, foi um importante instrumento de preservação dos domínios ultramarinos da Coroa de Portugal frente ao questionamento de legitimidade, por parte de outras monarquias católicas.

Sabedor da presença espanhola nas Molucas, D. João III, rei de Portugal, questionou junto a Carlos V, seu primo e rei de Espanha, o direito dele em tomar posse deste arquipélago. Alegava que o estabelecido por este Tratado não se restringia unicamente à partilha das Índias Ocidentais. Devido à esfericidade da Terra, o prolongamento deste meridiano, o contra meridiano, dividiria o espaço de domínio português e espanhol também no Oriente. Apesar de não haver como fazer, na época, observações astronômicas para determinar se o contra meridiano de Tordesilhas passava aquém, ou além, das Ilhas Molucas, os monarcas ibéricos

4

estabeleceram um novo tratado, formalizado na cidade de Saragoça em 22 de Abril de 1529. Neste ficou acordado que a Espanha desistiria temporariamente de suas pretensões às Molucas em troca de 350 000 ducados de ouro, até que peritos pudessem determinar a qual Coroa pertenceria de fato. Caso viesse a constatar a procedência da reivindicação de D. João III, Portugal, seria reembolsado da soma estipulada (Cf. FERREIRA, 1963:791-2). Contudo, a Espanha se manteve em outro arquipélago descoberto por Magalhães, situado ao norte das Molucas, posteriormente denominado Filipinas.

Em 1548, D. João III estabeleceu o Governo-Geral no Brasil, nomeando Tomé de Sousa para o cargo. No ano seguinte, Tomé de Sousa chega ao Brasil acompanhado do jesuíta Manuel de Nóbrega, superior da missão formada por mais cinco religiosos. Em 1553, desembarca na Bahia o noviço José de Anchieta, logo enviado à Capitania de São Vicente.

### **O Apoio Jesuístico a Invasão do Frei Hospitalário Francês.**

Em 10 de novembro de 1555, entrou na baía da Guanabara uma esquadra de naus francesas, logo ocupando uma ilhota próxima à sua barra. Essa ilha, denominada pelos índios de Serigipe, guarda até hoje o nome do comandante desta expedição militar, Villegaignon. Usualmente apresentado como um nobre cavaleiro da corte do rei Henrique II de França que teria se convertido ao calvinismo por influência do almirante Coligny, para cá teria vindo com objetivo de fundar uma nova colônia francesa na América, a *França Antártica*, onde cristãos conviveriam em paz, independente de seu credo.

Contudo, seu título de Cavaleiro da Ordem de Malta não era de cunho honorífico, como se costuma supor, mas referente à sua filiação monástica à Ordem de São João de Jerusalém, onde era frei. Esta ordem militar foi fundada na Palestina, durante as cruzadas, sendo então conhecida como Ordem do Hospital, e seus cavaleiros como hospitalários. Após a expulsão dos cristãos da Terra Santa e do fim das cruzadas passou a ser conhecida como Ordem de Rodes e, posteriormente, por Ordem de Malta.

Apesar de as ordens missionárias serem, a princípio, de cunho ecumenico e internacionalista, diversas sofreram a influência da nacionalidade de seu fundador, algumas vezes predominantes na escolha de seus priores ou superiores. No caso da Ordem de Malta, a predominância francesa se fez presente, desde a sua fundação.

5

Não nos cabe aqui entrar na discussão da relação de Villegaignon com os calvinistas, mas convém lembrar que a relação dos católicos com estes ainda não tinha o carácter antagônico conforme chegou na “Noite de São Bartolomeu”, ocorrida em 1572. Por outro lado, sabemos pela narrativa de Lery que, após instalados na Guanabara, Villegaignon passou a persegui-lo, assim como aos outros calvinistas. Em seu livro *Histoire d'un voyage fait en la terre du Bresil, dite Amerique*, publicado em 1578, Lery acusa o comandante da *França Antártica* de ter traído Coligny ao perseguir implacavelmente os calvinistas, que se viram obrigados logo a retornar para França. (Cf. LERY, 1960.)

Em 1560, ao retornar a França na busca de apoio para a colônia estabelecida na Guanabara, Villegaignon negociou a participação de jesuítas franceses. Em seis de março de 1560 o padre Nicolau Liétard encaminhou uma carta ao Geral da Companhia solicitando autorização para jesuítas franceses estabelecer um Colégio no Brasil por intermédio de Villegaignon. “Por muitas vias se nos vão acrescentando as esperanças de alevantarmos muito cedo Colégio, por meio de um cavaleiro principal de Rodes (...). O Ilustríssimo Cardeal Lotariense, lhe prometeu que lhe daria alguma gente da nossa Companhia. Com esta confiança veio este cavaleiro a Paris. [...] O nome deste Cavaleiro é Nicolau Villegaignon” (In WETZEL, 1972:77-8). Esta negociação está também registrada no manuscrito jesuítico português denominado *Informações do Brasil e De Suas Capitánias*, datado de 1584. Encontrado na Biblioteca de Évora sem indicação de autoria, acabou atribuído a José de Anchieta por Capistrano de Abreu: “De Nicolau de Villegaignon afirmavam todos eles ser catolico e muito douto e grande cavalheiro (...).Com êste desejo se foi a um Colegio da Companhia em França onde, depois de confessado e comungado, pediu Padres para este empresa (In ANCHIETA. 1988: 319, 321).

Contudo, em 1562, o Geral da Companhia de Jesus decidiu impedir a participação de jesuítas neste empreendimento. De Roma escrevia o Geral Laynez ao Provincial de Portugal, a 18 de abril de 1561: “*En lo de aquel cavallero de Rodas, y la empresa de América no hay más que tratar. Émonos conSolado no poco con lo que scriven del Brasil acerca de aquella gente que tenia tomado la fortaleza ...* (In WETZEL, idem:78).

Não sabemos as razões que levaram o P. Laynez, Superior da Companhia, impedir a participação de jesuítas franceses no empreendimento comandado pelo frei hospitalário, mas, certamente, a questão do Padroado esteve presente. Contudo, no momento em que

6

Villegaignon negociava o apoio jesuítico na França, Nóbrega (1988: 226). se refere, em carta datada de 1º de junho de 1560, aos franceses estabelecidos na Guanabara como se fossem “todos Lutheranos” e Villegaignon como um calvinista que já se intitulava Rei do Brasil.

Dada à erudição de Nóbrega e a importância que tinha na Companhia, nos parece improvável que não tivesse conhecimento da filiação monástica de Villegaignon e, mesmo estando no Brasil, das negociações que naquele momento ocorriam com o Provincial de França referentes a ida de jesuítas franceses para a Guanabara.

O mais surpreendente está na referência de uma possível negociação de Villegaignon com os turcos, já que a Ordem de Malta era afamada como baluarte naval da cristandade contra a tentativa da marinha otomana em fazer do Mediterrâneo um “mar mulçumano”. Em 1565, quando os franceses ainda estavam no Rio de Janeiro, os otomanso fizeram um grande cerco à Ilha de Malta. A defesa dos Cavaleiros de Malta é considerada um dos mais importantes feitos da história militar ocidental. O temor do controle turco do Mediterrâneo somente cessou em 1571, quando a frota turca foi derrotada na batalha de Lepanto. Nesta, a Ordem de Malta teve importante e decisiva participação.

### **O Jesuíta Astrônomo Flamengo Como Agente de França na China**

Pouco após de Villegaignon fundar a *França Antártica* na Guanabara, os portugueses conseguiram no Oriente o importante, e único dentre as nações ocidentais, privilégio de estabelecer uma colônia na China. Concedida aos portugueses em 1557, Macau encontra-se situada no sul da China, na parte meridional da ilha de Hiasan, no Golfo de Cantão. Sua importância estava não só como entreposto mercantil, mas também por funcionar como base de apoio da soberania e do comércio português nas ilhas de Solor e Timor, na Oceânia.

Durante a União Ibérica, em 1622, os holandeses prepararam uma grande expedição para tomar Macau. Contudo, os portugueses conseguiram resistir aos diversos assaltos. Apesar dos holandeses, em 1624, terem conseguido se instalar em Formosa, em 1661 o célebre corsário Coxinga expulsa os batavos definitivamente, deixando aos portugueses o privilégio único de ter uma colônia na China. (Cf. CLEMENTS, 2005). Com a Restauração, apesar da tentativa do governador das Filipinas em manter o arquipélago sob a autoridade espanhola e da ameaça holandesa, os macauenses conseguiram permanecer unidos à Coroa de Portugal.



7

Concomitante ao desenrolar destes acontecimentos, Galileu, após aperfeiçoar as lunetas de observação astronômica, desenvolveu um método prático e preciso de determinação da longitude, tendo por base as observações das previsíveis eclipses dos satélites de Júpiter. Seu trabalho teve continuidade por outro italiano, Domenico Cassini, que adotou a nacionalidade francesa ao ser nomeado astrônomo e astrólogo do rei Luís XIV. Posteriormente, Cassini organizou e fundou o Observatório Astronômico de Paris, vindo a ser seu primeiro diretor.

Ao dominar a técnica de determinação da longitude por observações de eclipses dos satélites de Júpiter, os astrônomos matemáticos da Companhia de Jesus, principalmente italianos e franceses, passaram a ser solicitados pelos monarcas europeus, a fim de refazer os mapeamentos de seus domínios.

Estando a China na órbita do Padroado Português, em 1659 o jesuíta flamengo Ferdinand Verbiest, astrônomo de grande prestígio, obteve autorização do rei de Portugal Pedro II para partir de Lisboa para Macau. Ali chegando, instalou-se inicialmente no Colégio da Companhia de Jesus de Madre de Deus. Já no ano seguinte foi transferido para Pequim. Em 1667 é integrado à missão diplomática enviada pelo rei de Portugal a corte do imperador Kangxi. “A actuação do Pe. Verbiest, nessas negociações, saldou-se para Portugal deveras positivamente na medida em que ele tinha um particular reconhecimento pela acção missionária que a Coroa portuguesa vinha implementando também em terra da China”. (MATOS, 1999: 158-9). Ao ganhar confiança e admiração do imperador, é nomeado, em 1669, Presidente do Tribunal das Matemáticas de Pequim. A partir de 1672 acumula a direção do observatório astronômico de Pequim.

No ano seguinte, em 1673, o jesuíta português Antonio Viera alerta, em carta de Roma, ao representante português em Paris de que o rei de França estava agindo junto a Santa Sé para obstruir os privilégios da Coroa de Portugal, concedidos pelo Padroado (VIEIRA, 1810 [1673] : 158).

Cedendo a pressão de Luís XIV, neste mesmo ano o papa Clemente X emite um breve autorizando os membros das ordens religiosas de embarcarem para as regiões sob o domínio do Padroado Português em navios e portos que não fossem necessariamente portugueses. Desta maneira, a Santa Sé retirava do rei de Portugal a prerrogativa de escolher os missionários que partiriam para seus domínios ultramarinos.

8

A partir de então, Verbiest passa agir como um verdadeiro agente do rei de França na China. Contando com seu apoio, Luís XIV encarregou Cassini, diretor do Observatório Astronômico de Paris, de preparar uma missão científica, que veio a ter à frente o padre matemático jesuíta De la Chaise, a quem Colbert outorgou, por decreto de 28 de janeiro de 1683, o título de *Matemático do Rei*. Esta missão científica partiu do porto de La Rochelle em 3 de março de 1685, dela fazendo parte, além de De la Chaise, mais seis matemáticos e astrônomos jesuítas, dos quais cinco chegaram à China (Cf. MATOS, idem: 167-8).

A razão do envolvimento pessoal de Colbert neste projeto, a princípio de cunho exclusivamente científico, se revela na participação de Verbiest, já como superior da Companhia de Jesus em Pequim, na participação de jesuítas nas negociações entre a China e Rússia que resultaram na assinatura do Tratado de Nerchinsk. Este tratado, que delimitava a fronteira entre estes impérios e punha fim a uma série de conflitos entre comunidades fronteiriças russas e chinesas, era de suma importância no estabelecimento de uma nova rota mercantil da Europa Ocidental, principalmente a França, com a China via Sibéria. Assim, a França não mais ficaria na dependência da rota náutica Lisboa-Goa-Macau, dominada pelos portugueses.

O trabalho de mapeamento e de determinações das coordenadas geográficas de diversas regiões do Império Celeste era de fundamental importância não só para o Imperador aumentar o controle de seus domínios como para a concretização do plano de estabelecer uma nova rota mercantil com o Oriente. Tendo Cassini à frente do Observatório Astronômico de Paris, associado aos astrônomos jesuítas franceses liderados por Verbiest, responsável pelo Observatório Astronômico de Pequim, nenhuma outra nação europeia poderia concorrer com a França na realização deste trabalho cartográfico.

Contudo, a “infiltração” de jesuítas franceses na China não ficou restrita aos astrônomos. “Em resultado das diligências que faz junto de Luis XIV e em Roma, os primeiros 5 jesuítas franceses (entre eles Gerbillon) chegam à China em 1687 à revelia do controle português e contra a vontade dos jesuítas do Padroado” (MIRANDA, 1993:112). D. Polycarpo de Sousa, bispo de Pequim, passou então a dividir a preocupação da ação dos franceses e outros, seguidores do plano concebido por Ferdinand Verbiest com os jesuítas portugueses estabelecidos na China, “defensores incondicionais da exclusividade que assitiam



9

ao seu rei na qualidade de patrono da missionação católica desde a região do golfo pérsico aos mares territoriais da imensa China” (Ibid.:121).

Apesar do objetivo maior de Verbiest, o estabelecimento de uma rota mercantil com a China através da Sibéria, não ter sido atingido (Cf. Ibid.:111), mesmo após a morte de Verbiest em 1688, o trabalho de determinação de coordenadas e mapeamento teve continuidade. Do mesmo modo, teve também continuidade a tensão e o antagonismo entre jesuítas portugueses e franceses que missionavam na China. Os mapas da China feitos por estes jesuítas franceses acabaram por publicados em Paris em 1735.

### **Os Mapas da China dos Jesuítas Franceses e Conflito na Demarcação da Fronteira Meridional Estabelecida pelo Tratado de Madri.**

A impossibilidade de demarcação da linha divisória, além da imprecisa maneira em que o tratado foi redigido (Cf Tratado de Tordesilhas. In CORTESÃO, 1956: 3-21), possibilitou o avanço dos portugueses não só sobre áreas onde se havia dúvidas a qual Coroa pertenceria, como também sobre territórios que, incontestavelmente, estavam dentro dos domínios da Espanha. A Colônia de Sacramento, núcleo populacional formado por luso-brasileiros estabelecidos em 1680 no estuário do Rio da Prata, se encontrava, indubitavelmente, em território hispânico, razão de ter sua legalidade prontamente contestada por parte de Espanha, instaurando, a partir de então, uma zona de permanente conflito.

Em 1746 o rei de Espanha Felipe V veio a falecer, sendo sucedido por seu filho Fernando VI, por sua vez casado com Maria Bárbara, filha de D. João V de Portugal. Por intermediação da rainha portuguesa de Espanha, as duas Coroas ibérica, estabelecem negociações para redefinir a fronteira entre a América Espanhola e Portuguesa, já que esta nunca fora demarcada por dificuldades no cálculo da longitude.

Tendo como objetivo maior retomar o controle do estuário do Rio da Prata, o negociador por parte da Coroa de Espanha, o Marques de Carvajal, argumentava que, mesmo com a dificuldade em se materializar o meridiano estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas, era evidente o avanço feito pelos portugueses nos territórios espanhóis. Contudo, em nome da estabilidade política entre as Coroas ibéricas, não reivindicava, como seria de direito, o retorno ao limite original, apresentando, em contrapartida, uma proposta a princípio generosa e conciliadora. Esta seria a troca da posse da Colônia de Sacramento pela região das minas de

10

Cuiabá e Goiás, apesar de todas as áreas em questão estarem, evidentemente, dentro da reservada ao domínio da Espanha.

O brasileiro Alexandre de Gusmão, desembargador do Conselho Ultramarino e secretário do Rei, assume então a responsabilidade pelas negociações, se correspondendo diretamente com Carvajal. Lança ele, então, mão de uma argumentação inesperada e desconcertante. Os mapas da China feitos pelos jesuítas franceses, publicados em Paris em 1735, demonstravam que o arquipélago das Filipinas, principal entreposto mercantil da Coroa de Espanha no Oriente, estava indubitavelmente, dentro dos limites estabelecidos para Portugal pelo contra meridiano do Tratado de Tordesilhas, referendado ainda pelo Tratado de Saragoça. De posse, então, destes mapas, pode Alexandre de Gusmão sustentar sua reivindicação do princípio do *utis-possidetis*, conforme comunica a Carvajal: “Ora a extremidade ocidental da Ilha de Luçon fica mais ao Poente que a ditta ponta de Formosa quatro graus Meridianos como mostra a mayor parte dos Mapas Modernos”. (Gusmão In CORTESÃO, 1950: 175).

Despido Carvajal de contra argumentação, a proposta apresentada por Gusmão foi finalmente aceita. Esta consentia em trocar a posse das Filipinas e da Colônia de Sacramento por um novo espaço territorial para a América Portuguesa que, em sua porção meridional, teria como limite oriental o rio Uruguai. Esta nova configuração fazia com que uma parte das missões jesuítas da Província do Paraguai, os Sete Povos das Missões, passassem para a jurisdição do Padroado Português.

O processo de demarcação da fronteira sul teve início em outubro de 1752, sendo designado como Comissário por parte de Portugal Gomes Freire de Andrade e, por parte de Espanha, o Marquês de Valdelirios. Foram dadas aos indígenas missioneiros as alternativas de permanecer no local sob a autoridade da Coroa de Portugal, o que colocaria os jesuítas missioneiros sob o poder do Padroado Português, ou transferir as missões para a margem oriental do Uruguai. A negativa a estas propostas acabou por deflagra, no ano seguinte, a *Guerra Guaranítica*.

Em decorrência dos resultados desta guerra, os jesuítas que atuavam nas missões hispânicas, espanhóis em sua maioria, acabaram por retratar Gomes Freire como sanguinário, inimigo dos índios e da Companhia de Jesus. Contudo, o governador do Rio de Janeiro era

11

próximo aos jesuítas do Padroado Português, especialmente do Colégio do Rio de Janeiro. Pouco antes da partida de Gomes Freire para o Sul, um padre da Companhia de Jesus participou de uma cerimônia na qual o governador havia sido calorosamente homenageado (Cf. CAVALCANTI, 2004: 69).

Neste contexto, a Guerra Guaranítica desaguou na situação de contraponto, ou mesmo de conflito direto entre os jesuítas do Colégio do Rio de Janeiro e os das missões hispânicas. Enquanto estes instaram os índios a reagirem belicamente, aqueles se fizeram presente estabelecendo novos aldeamentos para acolher os índios missionários que aceitassem se estabelecer sob a égide do Padroado Português.

*A esta data [1751] já se tinha assinado o Tratado de Permuta de 1750 e sobreviveram todas as lutas, debates, e carnificinas de que anda cheia a história dos Sete Povos das Missões. Para ter mão nos Índios, da parte do exército Português, foram chamados alguns Jesuítas do Brasil, (...) No dia 2 de Fevereiro de 1755 já estavam na Candelária, o P. Francisco Bernardes, que fez aí a profissão solene, e o Padre Bernardo Lopes, que a recebeu, dois anos depois, o Catálogo assinala, dependente do Colégio do Rio de Janeiro, (o grifo é nosso) a Aldeia do Rio Grande com o mesmo P. Francisco Bernardes por Superior e um terceiro Padre, Francisco da Silva, como companheiro. Em 1757 aparecem duas residências: Na Aldeia de Nossa Senhora da Conceição do Estreito, ao norte do Pôrto do Rio Grande, o Padre Bernardo Lopes como pároco dos Índios, à requisição de Gomes Freire de Andrade; e na “Fortaleza e Acampamento de Rio Pardo, o P. Francisco Bernardes, que ali passou da Aldeia do Estreito. (LEITE, 1945:531)*

Reconhecendo a existência do conflito de nacionalidades no seio da Companhia, assim o padre Serafim Leite procura justificá-la: “os Jesuítas do Brasil defendiam a bandeira portuguesa, os Jesuítas do Paraguai a bandeira espanhola. Era a estrita obrigação de cada qual, como cidadãos e patriotas”. (Ibidem: 535)

No entanto, na questão da *Guerra Guaranítica*, Espanha e Portugal não estavam em campos opostos, conforme nos faz supor Serafim Leite. Neste caso, não cabe aludir à guerra como razão do comportamento conflitante entre os jesuítas do Colégio do Rio de Janeiro com os missionários do Paraguai. Devemos ainda lembrar que, também no caso de Villegaignon como no de Verbiest não havia estado de guerra entre Portugal e França, o que invalida a justificativa apresentada pelo célebre historiador jesuíta. A nosso ver, o que estava em jogo eram interesses nacionais e locais, principalmente mercantis, e não propriamente estado de guerra entre nações.

### Considerações Finais

No caso do Rio de Janeiro, a ação de jesuítas franceses no Padroado da Ordem de Cristo não passou de uma intensão, abortada pelo Superior da Companhia. Numa visão maior de conflito interno no seio da Igreja, é interessante observar que, durante as cruzadas, foram intensas e constantes as hostilidades entre a Ordem dos Templários, matriz da Ordem de Cristo, e a Ordem dos Hospitalários, a qual pertencia o frei Villegaignon.

No caso da China, contudo, a ação dos jesuítas franceses agindo contra os direitos do Padroado Português e da Coroa foi real e efetiva, apesar de não ter sido concretizado o projeto de implantação da rota mercantil França-China via Sibéria. Neste caso, ressalta o fato de ter sido o resultado do mapeamento da missão francesa, patrocinada pela aliança de Verbiest com Luís XIV, o instrumento utilizado por Gusmão para desenhar uma nova fronteira. A demarcação desta acabou por desaguar na *Guerra Guaranítica*, de resultados tenebrosos para a Companhia de Jesus, por trazer repercussões que irão se mostrar presentes no processo de expulsão de Portugal e de Espanha.

Não deixa de ser irônico o fato de Alexandre de Gusmão alertar o padre jesuíta José Moreira o perigo que a Companhia de Jesus corria de vir a ser extinta em Portugal ao apoiar Sebastião José de Carvalho para substituí-lo no novo ministério. Os jesuítas, contudo, não deram créditos a este alerta e “zombou da profecia da sua extinção, visto o seu credito, idade, e confirmação” (LISBOA, 1835:254).

Ainda em relação a Pombal, ressaltamos o fato de não ter lançado mão do poder do Padroado para expulsar os jesuítas dos domínios de Portugal, o que seria de pleno direito de D. João V como mestre da Ordem de Cristo. Preferiu aplicar uma “solução” mais drástica, cruel e de legitimidade questionável, certamente por saber que o poder do Padroado estava restrito ao Ultramar, não sendo, porém, aplicável aos jesuítas estabelecidos na Metrópole.

Finalmente, destaca-se a maneira diferenciada como dois padres jesuítas portugueses procuram abordar esta questão. Nóbrega procura ocultá-la ao apresentar Villegaignon como calvinista. Já Serafim Leite, apesar de reconhecer o conflito de nacionalidades, traz uma justificativa que é conflitante com o revelado como expressão do espírito da Companhia, onde a missão evangelizadora estaria acima de interesses menores, como o patriótico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANCHIETA, José. Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.
- AVELAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Dasp, 1965.
- CAVALCANTI, Nireu de Oliveira. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CLEMENTS, Jonathan. *O Rei Pirata: Coxinga e a queda da dinastia Ming*. São Paulo: Madras, 2005.
- CORTESÃO, Jaime (org.). *Pauliceae Lusitana Monumenta Historica*. Lisboa, Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1956, v 1 (1494-1600).
- FERREIRA, Maria Emília Cordeiro. “Tratado de Saragoça”. In Joel Serrão (org.) *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativa Ed., 1963, v. 3, pp. 791-2.
- GALMÉS, Lorenzo. Incidencia del Patronato de Indias em la evangelización del Nuevo Mundo. In *Actas do Congresso Internacional de História: Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 1993, v. 3, p 607-625
- GUSMÃO, Alexandre. “Réplica ao Marques de Carvajal”. In CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. t 1 Negociações. Documento nº XLVI. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1950, pp: 173-84.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Portugalia, 1945, t.6.
- LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo, Martins, 1960.
- LISBOA, Balthazar das Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Segnot-Plancher, 1835.
- MATOS, Manuel Cadafaz de. “Ferdinand Verbiest. A defesa dos interesses da Coroa Portuguesa em Macau e o contributo dado à história da imprensa missionária”. *Revista Camões*. Lisboa: Min. Dos Negócios Estrangeiros, nº 7, 1999, p. 156-175.
- MIRANDA, João. “A missionação portuguesa e a Rússia nos séculos XVII e XVIII”. In *Actas do Congresso Internacional de História: Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 1993, v. 3, p. 103-122.
- NÓBREGA, Manuel de. *Cartas do Brasil 1549-1560*. Belo Horizonte / São Paulo, Itatiaia / Edusp, 1988.
- RAMOS, Rui (Coord.). *História de Portugal*. Lisboa, Esfera do Livro, 2009
- RAMOS-COELHO, José. *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.
- VIEIRA, Antonio P. “Carta a Duarte Ribeiro de Macedo, ministro em França”. In MONIZ, Jaime Constantino de Freitas (org). *Corpo diplomático português contendo os actos e relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do mundo desde o século XVI até os nossos dias*. Lisboa: Academia
- WETZEL Ewald. *Mém de Sá, terceiro Governador-Geral (1557-1572)*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1972.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL